



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

16/07/2015 ATÉ 16/07/2015



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O QUARTO PODER.....	1
2	CENTRAL DE INQUÉRITOS	
	2.1 SITE JUSBRASIL.....	2
3	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	3.1 SITE CNJ.....	3
	3.2 SITE JUSBRASIL.....	4
4	DECISÕES	
	4.1 IMIRANTE.COM.....	5
	4.2 SITE MARANHÃO DA GENTE.....	6
	4.3 SITE O QUARTO PODER.....	7
	4.4 SITE SUA CIDADE.....	8
	4.5 SITE TV GUARÁ.COM.....	9
5	EXECUÇÕES PENAS	
	5.1 SITE O QUARTO PODER.....	10
6	JUÍZES	
	6.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	11
	6.2 IMIRANTE.COM.....	12
7	POSSE	
	7.1 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	13
	7.2 BLOG ZECA SOARES.....	14
	7.3 PORTAL VERAS.....	15
	7.4 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	16
	7.5 SITE TV GUARÁ.COM.....	17
8	PROJETO COMEÇAR DE NOVO	
	8.1 IMIRANTE.COM.....	18
9	SINDJUS	
	9.1 SINDJUS.....	19 20

Estudo revela o número de ações judiciais que envolvem saúde no Maranhão?

Um estudo realizado pelo juiz Alexandre Abreu Lopes, titular da 16ª Vara Cível de São Luís, revela o quantitativo de processos envolvendo demandas de saúde que tramitam no Judiciário maranhense. De acordo com o levantamento, foram encontrados 3.934 processos ativos relacionados a pedidos como cobertura médica e fornecimento de medicamentos.

Segundo Alexandre Abreu, que também é membro do Fórum Nacional do Judiciário para a saúde, o estudo vai possibilitar ações preventivas que garantam a melhor orientação dos juízes e a aplicação de medidas mais efetivas para a garantia da saúde dos cidadãos. A pesquisa considerou processos em tramitação nas varas cíveis (2.098), fazendárias (1566), da Infância e da Juventude (214), dos Direitos Difusos e Coletivos (34) e ações em juizados especiais (22).

O juiz explicou que o estudo identificou processos contra Estado, municípios e operadoras de planos de saúde, dados que servirão para um trabalho nacional de monitoramento e resolução de demandas de assistência à saúde. No Brasil, esse trabalho é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O resultado da pesquisa exclui processos que já foram solucionados e estão arquivados, que se fossem considerados resultaria em um número bem maior. Grande parte dessas ações judiciais poderia ser evitada, caso fosse buscado o caminho para o diálogo e se houvesse boa vontade das demandadas em solucionar os problemas com os cidadãos. "Também falta investimento do poder público e das entidades particulares para melhor esclarecer os cidadãos no uso dos serviços e na busca de seus direitos", complementa o juiz.

Nas varas cíveis, onde tramita a maior parte dos processos, as ações são contra planos de saúde e, de acordo com Alexandre Abreu, a maioria é relativa à internação, à autorização de procedimentos cirúrgicos e ao fornecimento de órtese, prótese ou material cirúrgico. Já na varas da Fazenda Pública, onde tramitam ações envolvendo Estado e municípios, os pedidos predominantes estão relacionados a medicamentos e internação.

Apesar de revelar um dado considerado alto, o número de ações relacionadas à saúde poderia ser maior. Isso porque há um volume de demandas que vêm sendo resolvidas por intervenção direta do Ministério Público ou mesmo da Defensoria Pública, junto ao Executivo estadual e municipal, que eventualmente pode resultar em demandas judiciais nas varas de Fazenda Pública.

Para Alexandre Abreu o Judiciário maranhense também está contribuindo para frear essa demanda. Segundo ele, atualmente há uma atenção maior da Justiça na promoção de ações de mediação e conciliação nas áreas já delimitadas de conflitos repetitivos. Ainda assim, ele reforça que o Estado precisa avançar.

"Grande parte das demandas propostas contra o poder público decorre da necessidade de revisão da política de atenção à saúde, tais como a compra de medicamentos, a inclusão de medicamentos na lista de atenção básica e a negativa de atendimento devido à superlotação", concluiu.

ROBERTO COSTA PARTICIPA DA POSSE DESEMBARGADOR TYRONE JOSÉ DA SILVA

O deputado Roberto Costa (PMDB), representando o presidente Humberto Coutinho (PDT), participou na manhã desta quarta-feira (15), da sessão solene de posse do desembargador Tyrone José da Silva, que aconteceu na Sala das Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Eleito para o cargo pelo critério de merecimento, para preencher a vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo, o novo magistrado afirmou que chega a Corte Estadual de Justiça "para servir e defender a lei, o direito e a Justiça".

Ao destacar que o Tribunal de Justiça do Maranhão é um poder fundamental para o equilíbrio do Estado, Roberto Costa ressaltou que a vinda do desembargador Tyrone engrandece o Tribunal pela sua história pessoal e jurídica, visto que sempre foi um homem dedicado à Justiça e que hoje coroa a sua carreira de sucesso, assumindo o grau mais alto na justiça do Maranhão.

"A Assembleia Legislativa fica muito feliz em participar desse momento, por que é o fortalecimento da Justiça do Maranhão e, conseqüentemente, o fortalecimento do nosso Estado", afirmou o deputado, frisando que a Assembleia tem a justiça do Maranhão como uma parceira importante na busca do desenvolvimento do Estado.

Trajetória

O magistrado - que encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, no dia 24 de junho deste ano - é formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo iniciado sua carreira como operador do Direito, atuando na Prefeitura de São Luís, onde ocupou o cargo de procurador-geral.

Na sessão em que foi eleito para o cargo, os membros do Pleno do Tribunal de Justiça avaliaram e pontuaram a sua trajetória na magistratura quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

Com 30 anos de magistratura, ingressou na carreira em 1986, tendo passado pelas comarcas de Guimarães, São Mateus, Barra do Corda, Chapadinha e Imperatriz. Promovido para São Luís em 1995, exerceu inicialmente a função de juiz corregedor, passando a titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude e, posteriormente, da 4ª Vara Cível.

Pós-graduado em Ciências Jurídicas e em Direito Processual Civil, ele foi professor da UFMA e do Uniceuma. Ex-juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Tyrone foi também juiz de cooperação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), onde exerceu também o cargo de juiz auxiliar da Presidência.

Posse de Tyrone

O deputado Roberto Costa (PMDB), representando o presidente Humberto Coutinho (PDT), participou na manhã desta quarta-feira (15), da sessão solene de posse do desembargador Tyrone José da Silva, que aconteceu na Sala das Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Eleito para o cargo pelo critério de merecimento, para preencher a vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo, o novo magistrado afirmou que chega a Corte Estadual de Justiça "para servir e defender a lei, o direito e a Justiça".

Ao destacar que o Tribunal de Justiça do Maranhão é um poder fundamental para o equilíbrio do Estado, Roberto Costa ressaltou que a vinda do desembargador Tyrone engrandece o Tribunal pela sua história pessoal e jurídica, visto que sempre foi um homem dedicado à Justiça e que hoje coroa a sua carreira de sucesso, assumindo o grau mais alto na justiça do Maranhão.

"A Assembleia Legislativa fica muito feliz em participar desse momento, por que é o fortalecimento da Justiça do Maranhão e, conseqüentemente, o fortalecimento do nosso Estado", afirmou o deputado, frisando que a Assembleia tem a justiça do Maranhão como uma parceira importante na busca do desenvolvimento do Estado.

Justiça considera ilegal nomeação em cargo criado no fim de mandato - Imirante.com

Foto: Ribamar Pinheiro|

BOM JARDIM - A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi favorável a um recurso ajuizado pelo município de Bom Jardim contra decisão de primeira instância que determinou a reintegração de um nomeado em cargo público. O entendimento unânime do órgão colegiado foi de que o então prefeito não poderia ter criado cargos no fim do seu mandato, um deles ocupado pelo apelado.

O desembargador Paulo Velten (relator) explicou que o problema não está no concurso que resultou na nomeação do candidato, já que o certame foi homologado, aproximadamente, um ano antes.

A questão, segundo o magistrado, foi a criação de cargos no último mês do mandato do prefeito para nomeação desse e de outros candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital do concurso.

Velten citou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece ser nulo de pleno direito "o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder". O desembargador disse que, criado e provido o cargo, o aumento de despesa em consequência é lógico.

O relator lembrou que a hipótese é também de descumprimento de preceito constitucional, uma vez que a criação de cargos somente pode ocorrer se houver prévia dotação orçamentária, além de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, situação desprezada pelo então gestor municipal.

O desembargador explicou que, caso o prefeito tivesse, apenas, nomeado o candidato em cargo já existente, não haveria problema nenhum - o que não foi o caso do apelado no recurso.

Paulo Velten votou pela reforma da sentença de 1º grau, que havia dado o direito ao candidato de ser reintegrado. O desembargador Marcelino Everton e o juiz Luiz Gonzaga, substituto de 2º grau, votaram no mesmo sentido.

Vara de Execuções Penais tem novo juiz, em Imperatriz

IMPERATRIZ - O Juiz Mário Henrique Mesquita Reis foi empossado, nesta quinta-feira (16), como titular da Vara de Execuções Penais, da Comarca de Imperatriz.

A cerimônia de posse foi encabeçada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

A posse do magistrado ocorreu no Gabinete da Presidência e, contou com a presença da vice-presidente do TJ, desembargadora Anildes Cruz, e da juíza auxiliar da Presidência, Sara Gama.

O juiz Mário Henrique Mesquita trabalhava na 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, da qual foi removido, a pedido. Durante a cerimônia, o magistrado destacou que, na Vara de Execuções Penais da Comarca de Imperatriz, que vai continuar trabalhando com o mesmo empenho que marcou sua carreira profissional.

Convênio garante vagas de trabalho para apenados - Imirante.com

Foto: Divulgação / TJ-MA|

SÃO LUÍS - Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Unidade de Monitoramento Carcerário, Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), e a empresa Ciclismo vai garantir novas vagas de trabalho para detentos da Penitenciária de Pedrinhas.

De acordo com o convênio, os apenados receberão da empresa parceira qualificação técnico-profissional e atuarão no ramo da produção de raios para aros de bicicletas. O encaminhamento será feito por meio do Programa Começar de Novo, coordenado pelo Tribunal para reinserção social de egressos e apenados do sistema prisional.

O desembargador Froz Sobrinho, presidente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária considera a parceria mais um salto rumo ao fortalecimento da reintegração social e da redução do alto grau de reincidência criminal no Estado. "Além de promover a capacitação, o desenvolvimento das práticas profissionais e inserção no mercado de trabalho, a iniciativa visa o resgate da cidadania da pessoa presa e remição da pena nos termos da lei de execução penal 7.210/94", ressalta.

A triagem dos detentos será feita por meio de classificação técnica da equipe multidisciplinar da Sejap, formada por psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e sociólogo, que avaliarão a aptidão e perfil profissional dos apenados.

A secretaria também será responsável pela orientação dos reeducandos quanto à execução das tarefas, o controle de frequência dos internos para elaboração da remição a ser enviada à 1ª Vara de Execução Penal (VEP), além do monitoramento do trabalho com a substituição, no prazo de cinco dias, daqueles que cometerem falta disciplinar.

Caberá à Unidade de Monitoramento Carcerário providenciar os documentos necessários para que os detentos possam ocupar as vagas de trabalho. Será feito, ainda, o acompanhamento do número de vagas disponibilizadas e seu preenchimento, bem como as condições de trabalho dos apenados e o desempenho das atribuições delegadas.

A matéria prima e os acessórios para produzir os aros de bicicleta serão fornecidos pela empresa conveniente, que remunerará, no valor de R\$ 1,00, cada raio produzido. A Ciclismo fará capacitação de um multiplicador, com instrutor técnico da empresa.

Vínculo

O vínculo empregatício dos presos seguirá as regras previstas na Lei de Execuções Penais (LEP) 7.210/1984), tendo finalidade educativa e produtiva, não estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Participaram da assinatura do convênio o desembargador Froz Sobrinho (GMF-TJ-MA); o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Murilo Andrade; o secretário adjunto de Atendimento e Humanização, Frei Ribamar Cardoso; e o representante da empresa O Ciclismo, Reginaldo Rafael de Lira.

Tyrone Silva toma posse como desembargador

Nomeado em junho, o desembargador Tyrone José Silva toma posse em sessão solene no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (15). O magistrado, nomeado por critério de merecimento, preenche a vaga do desembargador Benedito de Jesus Belo, em virtude de sua aposentadoria.

Tyrone Silva foi um dos candidatos mais pontuados em votação aberta, com 2.139 votos. Os desembargadores avaliaram e pontuaram a trajetória do candidato utilizando os critérios técnicos de desempenho, presteza no exercício da jurisdição, adequação de conduta, produtividade e aperfeiçoamento técnico.

Formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o desembargador iniciou sua carreira como operador do Direito, na prefeitura de São Luís, onde ocupou o cargo de procurador-geral. Com 30 anos de magistratura, ingressou na carreira em 1986, tendo passado pelas comarcas de Guimarães, São Mateus, Barra do Corda, Chapadinha e Imperatriz. Promovido para São Luís em 1995, exerceu inicialmente a função de juiz corregedor, passando a titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude e, posteriormente, da 4ª Vara Cível.

Pós-graduado em Ciências Jurídicas e em Direito Processual Civil, foi professor da UFMA e do Uniceuma. Ex-juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Tyrone foi também juiz de cooperação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), onde exerceu também o cargo de juiz auxiliar da Presidência.

O desembargador Tyrone Silva afirma que chega a Corte Estadual de Justiça “para servir e defender a lei, o direito e a justiça.”

SINDJUS-MA e PGE-MA discutem ação de conciliação da greve dos servidores do TJMA

A audiência de conciliação tratará da greve que garantiu a implantação dos 21,7% em 2014. A audiência de conciliação tratará da greve que garantiu a implantação dos 21,7% em 2014.

Anibal Lins e Fagner Damasceno, respectivamente, Presidente e Tesoureiro do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA compareceram na manhã desta terça-feira, 14/07, na Procuradoria Geral do Estado do Maranhão- PGE/MA, com o intuito de tratar da audiência de conciliação sobre a ação de ilegalidade da greve dos servidores do Judiciário, ocorrida em novembro de 2014. O relator da ação civil pública de nº54036/2014 que discute a legalidade da greve dos servidores do Judiciário é o desembargador Marcelino Ewerton.

Os dirigentes do SINDJUS/MA foram recebidos pelo Procurador Geral do Estado Rodrigo Maia, que confirmou já ter sido intimado para participar da audiência de conciliação, que foi marcada para acontecer próximo dia 24/07, no Tribunal de Justiça. Ele informou ainda que oficiou à Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargadora Cleonice Freire, para que designe um preposto para representar o ente empregador na referida audiência, tendo sido designado o Diretor Geral Herbert Leite para essa função. “A possibilidade de acordo, ou não, depende do Tribunal”, esclareceu o PGE.

Os servidores do Judiciário tem encontro marcado na sexta-feira 17/07, no julgamento da ação rescisória 36586/2014, movida pelo Estado do Maranhão e que visa retirar os 21,7% dos vencimentos da categoria. Os servidores do Judiciário tem encontro marcado na sexta-feira 17/07, no julgamento da ação rescisória 36586/2014, movida pelo Estado do Maranhão e que visa retirar os 21,7% dos vencimentos da categoria.

Os dirigentes do SINDJUS-MA agradeceram a oportunidade do encontro e destacaram que, apesar da PGE e do Sindicato estarem em lados opostos em algumas disputas judiciais, a atuação da entidade não tem qualquer motivação político-partidária. Mas se pauta pela defesa dos direitos dos servidores, a exemplo da luta no momento pela manutenção dos 21,7%. “Queremos tão somente que o Judiciário julgue com autonomia nossos processos, baseado nas leis e nos autos”, afirmou Aníbal Lins.

Finalizando o encontro, o Procurador Geral do Estado Rodrigo Maia também declarou que respeita a autonomia do Tribunal de Justiça em suas decisões.

Sindjus-MA e Desembargador Vicente de Paula discutem propostas para o Novo PCCV dos servidores do TJMA

A partir da esquerda Janaina Almeida, Desembargador Vicente de Paula Castro, Janira Teixeira, Anibal Lins e Pedro Davi. A partir da esquerda Janaina Almeida, Desembargador Vicente de Paula Castro, Janira Teixeira, Anibal Lins e Pedro Davi.

O Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro recebeu na tarde desta quarta-feira (15/07), em audiência em seu gabinete no Tribunal de Justiça do Maranhão, uma comissão do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA), formada pelos diretores Anibal Lins (Presidente), Janira Teixeira (Secretária de Patrimônio) e Pedro Davi Silva (Segundo Secretário-Geral), para tratar das propostas da entidade para o Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores - PCCV dos Servidores do Judiciário Estadual.

Por sua vez Janira Teixeira destacou o reconhecimento dos servidores ao trabalho do Desembargador Lourival Serejo, responsável pela elaboração do projeto e que acolheu várias propostas da categoria. "Porém, em assembleia geral, os servidores decidiram apresentar algumas emendas ao projeto e gostariam de vê-las discutidas pelos desembargadores, antes de votarem o texto principal", afirmou.

O diretor Pedro Davi defendeu a aprovação de uma única tabela de vencimentos para os cargos de nível superior e também uma única tabela de vencimentos para os cargos de nível médio. "Hoje temos três tabelas de vencimentos para os cargos de nível médio e a reivindicação da classe é que essa tabela seja unificada no patamar de 60% dos vencimentos da carreira única de nível superior. Essa proposta pode assustar à primeira vista por causa do impacto orçamentário. Mas isso se resolve com a implantação parcelada da proposta, como já ocorreu em outros tribunais anteriormente", declarou.

Por sua vez, o Desembargador Vicente de Paula agradeceu o apoio do SINDJUS-MA ao processo seletivo que realizou para compor a sua assessoria, dando prioridade a servidores efetivos do TJ-MA. O magistrado também afirmou que daria toda atenção possível às propostas dos servidores, apesar de não fazer parte do Órgão Especial, que vai votar o projeto do Novo PCCV. "Vou ler as propostas e conversar com os desembargadores. A situação econômica do país é difícil. Mas estamos aqui à disposição para ajudar os servidores, naquilo que estiver ao nosso alcance", finalizou.

Roberto Costa participa da posse desembargador Tyrone José da Silva

O deputado Roberto Costa (PMDB), representando o presidente Humberto Coutinho (PDT), participou na manhã desta quarta-feira (15), da sessão solene de posse do desembargador Tyrone José da Silva, que aconteceu na Sala das Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Eleito para o cargo pelo critério de merecimento, para preencher a vaga deixada com a aposentadoria do desembargador Benedito de Jesus Belo, o novo magistrado afirmou que chega a Corte Estadual de Justiça “para servir e defender a lei, o direito e a Justiça”.

Ao destacar que o Tribunal de Justiça do Maranhão é um poder fundamental para o equilíbrio do Estado, Roberto Costa ressaltou que a vinda do desembargador Tyrone engrandece o Tribunal pela sua história pessoal e jurídica, visto que sempre foi um homem dedicado à Justiça e que hoje coroa a sua carreira de sucesso, assumindo o grau mais alto na justiça do Maranhão.

“A Assembleia Legislativa fica muito feliz em participar desse momento, por que é o fortalecimento da Justiça do Maranhão e, conseqüentemente, o fortalecimento do nosso Estado”, afirmou o deputado, frisando que a Assembleia tem a justiça do Maranhão como uma parceira importante na busca do desenvolvimento do Estado.

Trajetória

O magistrado - que encabeçou a lista tríplice dos candidatos mais pontuados na votação aberta, nominal e fundamentada, com 2.139 pontos, no dia 24 de junho deste ano - é formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo iniciado sua carreira como operador do Direito, atuando na Prefeitura de São Luís, onde ocupou o cargo de procurador-geral.

Na sessão em que foi eleito para o cargo, os membros do Pleno do Tribunal de Justiça avaliaram e pontuaram a sua trajetória na magistratura quanto aos critérios técnicos de desempenho; produtividade; presteza no exercício da jurisdição; aperfeiçoamento técnico e adequação da conduta.

Com 30 anos de magistratura, ingressou na carreira em 1986, tendo passado pelas comarcas de Guimarães, São Mateus, Barra do Corda, Chapadinha e Imperatriz. Promovido para São Luís em 1995, exerceu inicialmente a função de juiz corregedor, passando a titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude e, posteriormente, da 4ª Vara Cível.

Pós-graduado em Ciências Jurídicas e em Direito Processual Civil, ele foi professor da UFMA e do Uniceuma. Ex-juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Tyrone foi também juiz de cooperação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), onde exerceu também o cargo de juiz auxiliar da Presidência.

Tribunal instala novas salas de depoimento especial para crianças

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA) instalou mais duas salas de depoimento especial nas comarcas de Presidente Dutra e São João dos Patos, totalizando 15 unidades destinadas ao depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados foram entregues pelo presidente da CIJ, desembargador Jamil Gedeon Neto.

Seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 33, o objetivo é evitar que as vítimas sejam ouvidas até sete vezes, sendo revitimizadas a cada depoimento prestado em delegacias, promotorias e conselhos tutelares, além de outros órgãos.

A proposta é que meninos e meninas prestem depoimento uma única vez ao Judiciário, por intermédio de um profissional facilitador que acompanhe a vítima na sala e repasse as perguntas do juiz, promotor e advogados.

Em presidente Dutra, a juíza Gláucia Almeida (diretora do Fórum) será a responsável pelas oitivas. Para ela, os recursos de vídeo e áudio enriquecerão o trabalho com técnicas apropriadas.

Na opinião dos representantes da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, a disponibilidade do espaço é uma forma de garantir os direitos da criança, não expondo as vítimas a situações constrangedoras. A conselheira tutelar, Gracilane Rodrigues, estima que uma média de 10 crianças sejam atendidas por dia, envolvendo casos de maus tratos e violências diversas.

O desembargador Jamil Gedeon destacou a sensibilidade da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, na defesa e garantia dos direitos da infância e juventude, enfatizando o seu compromisso em instalar 20 salas até o final da gestão.

A juíza Karla Jeane Matos, membro da Coordenadoria da Infância, frisou a importância de toda rede de proteção usar os recursos oferecidos pelas salas que se destinarão também a avaliar os casos de alienação parental na guarda dos filhos. “Essa é uma alternativa para a oitiva de forma menos danosa, e nós juízes precisamos nos preparar para ouvir esse público tão especial”, observou, esclarecendo que a Escola Superior da Magistratura (ESMAM) está investindo na capacitação de juízes e servidores para uso das salas de depoimento.

Capacitação

Em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Escola Superior da Magistratura capacitou mais 80 servidores que atuam na coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça. Os participantes foram indicados pelos juízes das comarcas que já possuem Sala de Depoimento Especial.

No início de junho, mais 24 magistrados foram capacitados para aplicar o método nas unidades judiciais de São Luís, Bacabal, Coelho Neto, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coroatá, São Mateus, Chapadinha,

Pinheiro e Santa Luzia do Paruá, Presidente Dutra e São João dos Patos.

“O curso superou minhas expectativas, adquiri vasto conhecimento durante o treinamento. Agora tenho desafios diante da importância da defesa dos direitos das crianças e adolescentes”, disse a técnica judiciária Eurídice de Sousa, que atua na comarca de São João dos Patos.

A inauguração das salas contou com a participação do desembargador Paulo Velten, dos juízes Ferdinando Serejo (Presidente Dutra) e Clênio Lima (São Domingos do Maranhão) e representantes de delegacias, conselhos tutelares, secretarias de Assistência Social, promotorias, OAB e Polícia Militar.

Fonte: TJMA

Articulação define novas ações para audiência de custódia no Maranhão

Pessoas que forem presas durante os plantões policiais da Ilha de São Luís serão levadas diretamente para o Fórum de Justiça da capital maranhense. A nova medida será garantida pela articulação entre a Corregedoria da Justiça, Secretaria de Segurança, Secretaria de Administração Penitenciária e as forças policiais. O objetivo é assegurar a imediata aplicação da audiência de custódia durante o plantão criminal. Os detalhes da iniciativa foram traçados durante reunião entre os representantes dessas instituições, realizada nessa terça-feira (07) na sede da Corregedoria.

Conforme relatou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a proposta é que – considerando a audiência de custódia já vinculada aos plantões criminais – os presos em flagrante sejam levados primeiramente para a carceragem do fórum para serem submetidos à audiência de custódia. Com a adoção dessa medida, a triagem para identificação de todas as pessoas presas em flagrante, que hoje é realizada nas unidades prisionais, passará a ocorrer somente se decretada a prisão preventiva do acusado.

Para a corregedora, além de otimizar os procedimentos, a iniciativa refletirá positivamente em economia de recursos para o Estado. Isso porque atualmente cada pessoa detida em flagrante é inicialmente levada para o Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, acarretando em gastos com transporte, atendimento, fardamento e tempo de deslocamento das viaturas da polícia civil. Somente em seguida elas são apresentadas em audiência de custódia, realizada pela Central de Inquéritos do fórum.

“A redução dependerá do resultado das audiências de custódia. Como já observado, após a aplicação da medida, o número de liberdade provisória concedida aumentou para cerca de 50% dos casos, o que impactou nessa diminuição de custos. Se mantida essa proporção, a tendência é a manutenção dessa economia durante a tramitação processual, uma vez que somente serão encaminhados para triagem no complexo prisional aqueles detidos cuja prisão preventiva será decretada pelo juiz plantonista”, esclareceu a corregedora.

O secretário de Segurança, Jeferson Portela, aprovou a adoção do novo procedimento, destacando que haverá mais celeridade. Para ele a aplicação da medida impactará positivamente no aumento de efetivo nas ruas, uma vez que a viatura utilizada para condução do preso não terá que se deslocar até Pedrinhas, que fica localizada em na região periférica da Ilha de São Luís. “Agora vamos nos deslocar para uma região central, onde entregaremos o preso e rapidamente estaremos de volta ao trabalho de rua, garantindo nossa presença junto da comunidade”, afirmou.

Para garantir a segurança em todo o procedimento foi montada uma força tarefa para avaliar as necessidades de segurança e de infraestrutura no fórum, o que vai garantir o bom funcionamento da medida. A Secretaria de Administração Penitenciária disponibilizará agentes que farão a escolta e vigia dos presos que estarão aguardando para participar das audiências.

De acordo com o secretário da Sejap, Murilo Andrade, a medida proposta pela Corregedoria, assim como a própria audiência de custódia, vem contribuir para o fortalecimento e aperfeiçoamento das ações prisionais do Estado. Ele explicou que os órgãos estão concentrando esforços na melhoria e que como as audiências têm a finalidade de funcionar como uma triagem, onde se separa quem deve ingressar ou não nas unidades prisionais, será possível organizar o sistema.

Também participaram da reunião o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes; o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça; o juiz coordenador da Central de Inquéritos, Antonio Luiz de Almeida; o juízes auxiliares da Corregedoria Marcia Coelho Chaves e Mário Marcio de Almeida; o diretor de Segurança do TJMA, major Alexandre Magno; o diretor de Segurança do Fórum de São Luís, capitão Ronilson Gomes; o comandante da PMMA, coronel Marcos Antonio Alves; e o delegado-geral Augusto Barros.

Fonte: TJMA

Tribunal instala nova salas de depoimento especial para crianças

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (CIJ-TJMA) instalou mais duas salas de depoimento especial nas comarcas de Presidente Dutra e São João dos Patos, totalizando 15 unidades destinadas ao depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça. Os espaços estruturados foram entregues pelo presidente da CIJ, desembargador Jamil Gedeon Neto.

Seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 33, o objetivo é evitar que as vítimas sejam ouvidas até sete vezes, sendo revitimizadas a cada depoimento prestado em delegacias, promotorias e conselhos tutelares, além de outros órgãos.

A proposta é que meninos e meninas prestem depoimento uma única vez ao Judiciário, por intermédio de um profissional facilitador que acompanhe a vítima na sala e repasse as perguntas do juiz, promotor e advogados. Em presidente Dutra, a juíza Gláucia Almeida (diretora do Fórum) será a responsável pelas oitivas. Para ela, os recursos de vídeo e áudio enriquecerão o trabalho com técnicas apropriadas.

Na opinião dos representantes da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, a disponibilidade do espaço é um forma de garantir os direitos da criança, não expondo as vítimas a situações constrangedoras. A conselheira tutelar, Gracilane Rodrigues, estima que uma média de 10 crianças sejam atendidas por dia, envolvendo casos de maus tratos e violências diversas.

O desembargador Jamil Gedeon destacou a sensibilidade da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, na defesa e garantia dos direitos da infância e juventude, enfatizando o seu compromisso em instalar 20 salas até o final da gestão.

A juíza Karla Jeane Matos, membro da Coordenadoria da Infância, frisou a importância de toda rede de proteção usar os recursos oferecidos pelas salas que se destinarão também a avaliar os casos de alienação parental na guarda dos filhos. “Essa é uma alternativa para a oitiva de forma menos danosa, e nós juízes precisamos nos preparar para ouvir esse público tão especial”, observou, esclarecendo que a Escola Superior da Magistratura (ESMAM) está investindo na capacitação de juízes e servidores para uso das salas de depoimento.

Capacitação

Em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, a Escola Superior da Magistratura capacitou mais 80 servidores que atuam na coleta de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos que tramitam na Justiça. Os participantes foram indicados pelos juízes das comarcas que já possuem Sala de Depoimento Especial.

No início de junho, mais 24 magistrados foram capacitados para aplicar o método nas unidades judiciais de São Luís, Bacabal, Coelho Neto, Santa Inês, Imperatriz, Caxias, Timon, Raposa, Coroatá, São Mateus, Chapadinha, Pinheiro e Santa Luzia do Paruá, Presidente Dutra e São João dos Patos.

“O curso superou minhas expectativas, adquiri vasto conhecimento durante o treinamento. Agora tenho desafios diante da importância da defesa dos direitos das crianças e adolescentes”, disse a técnica judiciária Eurídice de Sousa, que atua na comarca de São João dos Patos.

A inauguração das salas contou com a participação do desembargador Paulo Velten, dos juízes Ferdinando Serejo (Presidente Dutra) e Clênio Lima (São Domingos do Maranhão) e representantes de delegacias, conselhos tutelares, secretarias de Assistência Social, promotorias, OAB e Polícia Militar.

Fonte: TJMA

TJ acolhe denúncia contra prefeito de Belágua

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra o prefeito do município de Belágua, Adalberto do Nascimento Rodrigues. O colegiado acompanhou o voto do decano da Corte, desembargador Bayma Araújo (relator), com o entendimento de que os requisitos formais para o recebimento da denúncia foram preenchidos, conforme artigo 41 do Código de Processo Penal.

De acordo com denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Adalberto do Nascimento Rodrigues desviou a finalidade de um convênio firmado pela Prefeitura de Belágua com a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Ele deixou, também, de prestar contas do referido convênio no prazo estabelecido.

Consta na denúncia formalizada pelo MPMA que o prefeito recebeu, por meio do convênio, o valor de R\$103.093,70, sendo R\$100 mil repassados diretamente pelo Estado, e o restante de responsabilidade da Prefeitura, para compra de uma ambulância.

Na utilização dos recursos, o gestor municipal não obedeceu as cláusulas contratuais e alterou o objeto do convênio ao adquirir, indevidamente, equipamentos e materiais permanentes hospitalares, sob alegação de que o valor não seria suficiente para aquisição do veículo.

A denúncia do Ministério Público aponta, ainda, que o prefeito teria apresentado declaração falsa ao afirmar que a Secretaria de Estado da Saúde o autorizou a utilizar o recurso para outra finalidade.

Com informações da ASCOM-TJMA

Corregedoria prepara grande ação de julgamentos e garante eficiência dos juizados especiais

Casamento comunitário - inscrições encerram nesse sábado, 11

Para comemorar os 20 anos da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados), que será completado no próximo mês de setembro, a Corregedoria da Justiça do Maranhão está intensificando as ações voltadas para os juizados especiais. A partir do mês de agosto uma grande ação terá início no 7º Juizado Especial Cível de São Luís, período em que serão realizadas pelo menos 800 audiências de instrução e julgamento. A iniciativa se apoia no projeto “Redescobrimos os Juizados” da Corregedoria Nacional da Justiça, que tem a finalidade de resgatar o verdadeiro sentido dessas unidades.

De acordo com a corregedora do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, o projeto nacional vem fortalecer as medidas que vinham sendo adotadas no Estado para revitalizar o sistema de juizados. “Estamos aperfeiçoando nossas ações para garantir um julgamento mais rápido e eficiente aos nossos cidadãos, conforme prevê a legislação específica”, garantiu.

Nelma Sarney destacou estudo recente da Corregedoria para rebater críticas que enfraquecem os juizados. “Somente em 2015, nós julgamos quase quatro mil processos a mais do que recebemos. Isso demonstra que essas unidades não perderam sua essência, que é de garantir acesso facilitado e um julgamento mais rápido”, defendeu ao citar a pesquisa que retrata o recebimento de 30.361 novas ações e o julgamento de 33.972.

Os juizados foram instituídos para solucionar conflitos de forma menos burocrática, seguindo ritos próprios que eliminam procedimentos mais complexos. No Maranhão, o Sistema de Juizados é formado por 33 unidades judiciais com competência exclusiva para o processamento e julgamento de feitos relativos à lei 9.099/95, além de oito turmas para julgar recursos oriundos de decisões emanadas dos juizados. Essas unidades retratam a essência do acesso à Justiça, uma vez que não há necessidade de constituir advogado para ingressar com uma ação.

Para a corregedora a alta demanda apresentada revela a mudança do perfil do cidadão, que antes era mais passivo e hoje busca exercer sua cidadania e requerer seus direitos. Mas ela lembrou que as pessoas “precisam usar bem essa ferramenta disponível, principalmente ao evitar o ajuizamento de ações que podem ser resolvidas de outra forma, seja pela via administrativa, quando das relações com prestadores de serviços, ou mesmo pelo diálogo, nas relações entre pessoas físicas. A paz social é dever de todos”, pontuou.

Nelma Sarney voltou a elogiar os bons resultados ao corpo de magistrados e servidores do Judiciário maranhense, que apesar de dificuldades encontradas se empenham na busca de um serviço de qualidade ao cidadão. “A quantidade de processos não param de crescer, mas ao mesmo tempo vemos o empenho de nossos juizes e servidores que se dedicam para solucionar essa conta”, reconheceu.

Sobre pesquisa recente, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a Universidade de São Paulo, Nelma Sarney apenas destacou que um estudo, para atestar o bom funcionamento de um serviço, deve ser realizado de forma mais ampla. No caso dessa pesquisa, a amostra considerada foi de apenas 100 processos em dois juizados especiais, ainda no ano de 2013. No caso específico, antes mesmo da pesquisa a gestão anterior da Corregedoria já havia constatado o problema e já trabalhava na melhoria de alguns procedimentos.

“Obviamente temos problemas pontuais que estamos aperfeiçoando. Mas como a demanda é crescente, essa melhoria também se faz de forma permanente, justamente para que a tramitação processual possa ser garantida dentro de um prazo razoável, conforme estabelece normas constitucionais”, disse.

O Maranhão é um dos poucos estados do Brasil que garante o funcionamento dos serviços judiciais e o atendimento ao público durante todo o dia. Servidores se revezam em uma jornada diária de dez horas ininterruptas. Todas as unidades judiciais do Estado, o que inclui os juizados, iniciam o expediente às 08h e encerram às 18h. essa dinâmica de funcionamento garante o acesso universal dos cidadãos à Justiça, assegura Nelma Sarney.

A desembargadora voltou a criticar as agências reguladoras, que atualmente não estão cumprindo bem o seu papel. “Para que os direitos dos cidadãos sejam garantidos é preciso que as relações de consumo sejam melhor acompanhadas pelas agências que regulam cada setor. Se isso acontecesse, os serviços seriam melhores, as reclamações e as ações judiciais ocorreriam em número menor e em casos excepcionais”, afirmou.

Tribunal do Júri condena homem que matou o próprio irmão e feriu outro

Pelo assassinato do próprio irmão e lesão corporal grave contra outro irmão, Bernardo Ferreira Machado Filho foi condenado pelo Tribunal do Júri de São Luís a 18 anos e quatro meses de reclusão. Os crimes ocorreram na noite do dia 19 em fevereiro de 2012, na residência da mãe com quem as vítimas e o acusado moravam, na Vila Maranhão. O réu havia sido condenado por crime anterior.

Segundo a denúncia do Ministério Público, o acusado matou o próprio irmão, Édipo Franklin de Sousa Machado, com vários golpes de facão na cabeça e lesionou o outro irmão Adolfo de Sousa Machado. Conforme a pronúncia, Édipo Franklin estava sentado no sofá da residência da mãe quando o réu, sem qualquer discussão, aplicou-lhe os golpes. O outro irmão tentou intervir e também foi lesionado. Em seu depoimento, a vítima Adolfo disse que o acusado amolou três vezes o facão antes de cortar a cabeça do irmão.

O julgamento, realizado na última quarta-feira (15), no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foi presidido pelo juiz da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Na sentença, o magistrado destaca que a motivação dos crimes não ficou devidamente evidenciada.

Os jurados condenaram Bernardo Ferreira Machado Filho pela morte de Édipo Franklin de Sousa Machado e desclassificaram a conduta do réu de tentativa de homicídio para lesão corporal de natureza grave, em relação à vítima Adolfo de Sousa Machado. Pelo homicídio ele foi condenado a 15 anos de reclusão e pela lesão corporal, a três anos e quatro meses. A pena será cumprida em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas.

Bernardo Ferreira Machado Filho, que já foi condenado por outro crime, também responde a outras ações penais. Como o réu já se encontra preso provisoriamente pelos crimes contra os irmãos e cumpre pena por outro, o juiz negou-lhe o direito de recorrer da sentença em liberdade.

OUTROS JULGAMENTOS - Jurados do 4º Tribunal do Júri também condenou esta semana (14) o detento Erick Campos Correia a 19 anos de reclusão, pelo assassinato do detento Alberto Borges Alves, na noite do dia 24 de outubro de 2012, no Presídio São Luís, com cerca de 40 perfurações no corpo da vítima. Levado a júri popular pela participação no crime, Rogério Silva de Almeida foi absolvido pelos jurados. Erick Campos Correia já foi condenado por outros crimes.

Ainda no 4º Tribunal do Júri, na semana passada (09), foi condenado a 21 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão, Luis Fernando de Jesus, pela morte de Wallyson Silva Sousa, na noite do dia 26 de maio de 2013, na Vila Itamar. O réu, que já se encontra preso por outro crime, responde a várias ações penais e é acusado de integrar facção criminosa.

Também na semana passada (07), os jurados condenaram a dois anos, 11 meses e 18 dias de reclusão, Roseany Ferreira da Conceição, acusada de tentar matar, a golpe de faca, o cunhado dela, Paulo Guilherme Maranhão Ferreira, na noite de 18 de fevereiro de 2012, na porta da residência da ré, no bairro Gapara, após discussão. A pena será cumprida em regime aberto na Casa de Albergado.

População debate segurança e sistema prisional de Pinheiro em audiência pública

A 1ª Vara da Comarca de Pinheiro vai realizar nesta sexta-feira (17) uma audiência pública para ouvir os cidadãos sobre segurança e o sistema prisional do município. O evento será realizado no auditório do Centro de Formação Cultural José Sarney, localizado na Rua José Anastácio, s/nº. – Centro, a partir das 15 horas. A iniciativa é da juíza Tereza Cristina Palhares e conta com a parceria da Corregedoria Geral da Justiça, da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJMA (UMF), Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap) e forças de segurança do Estado.

A juíza Tereza Palhares explica que o Poder Judiciário do Maranhão vive um momento de integração e que é preciso buscar soluções para os problemas cotidianos de maneira conjunta. “O objetivo da audiência é discutir e elaborar, junto com órgãos públicos e comunidade, propostas de ações voltadas para a melhoria do sistema prisional e segurança pública do Município de Pinheiro e Região da Baixada Maranhense”, disse.

Localizado a 341 Km de São Luís, o município de Pinheiro tem cerca de 80 mil habitantes, possui boa infraestrutura de serviços e um comércio ativo. Está localizado em posição estratégica na região conhecida como Baixada Maranhense, sendo passagem obrigatória para quem segue dessa região e da capital maranhense para cidades do Estado do Pará. Essas características, segundo autoridades de segurança, funcionam como atrativos para a prática de crimes, que vem aumentando a cada ano, com destaque para os crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas e homicídios.

Pinheiro possui uma população carcerária de 103 presos, divididos entre a unidade de ressocialização (78) e as delegacias regional (08) e 1º Distrito Policial (17). Para a juíza, esses presos não deveriam estar em delegacias e ressalta que o problema só vai ser solucionado com a entrega da nova unidade prisional, que, segundo ela, a Sejap deverá apresentar prazo de conclusão da obra durante a audiência. “Já houve uma conversa prévia com a Secretaria que vai participar da reunião e está comprometida em apresentar soluções para aperfeiçoar a execução penal na região”, garantiu.

A juíza também vai propor a realização de adequações na atual unidade de ressocialização para que possa receber os presos que hoje estão nas delegacias. “Se isso ocorrer, o impacto será muito positivo para a sociedade, porque toda a estrutura da delegacia estará à disposição para atender à população com o trabalho de polícia. Hoje, esse trabalho, principalmente de investigação, está prejudicado, uma vez que os policiais precisam realizar atuar como vigias de presos custodiados nas delegacias”, concluiu.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, que coordena a Justiça de 1º grau no Estado, essas iniciativas precisam ser intensificadas. “A Corregedoria está dando todo apoio necessário para que os juízes promovam ações dessa natureza. Isso porque entendemos que, na atual conjuntura, só é possível avançar quando assumimos o compromisso de atuarmos de forma integrada”, destacou.

O coordenador da UMF-TJMA, desembargador Fróz Sobrinho, que também estará presente no evento, defende ações promovidas pelo poder público que permita a interlocução com a sociedade e com outros órgãos. Para ele, a audiência é uma forma legítima de participação popular, que garante ao cidadão a sua contribuição na construção das políticas públicas necessárias ao seu bem estar.

O evento será aberto para participação de toda sociedade civil e contará com a presença de magistrados, promotores, defensores públicos, advogados, prefeitos, vereadores, deputados, representantes das polícias civil e militar.

Tribunal de Justiça do MA recebe denúncia contra prefeito de Belágua

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra o prefeito do município de Belágua (MA), Adalberto do Nascimento Rodrigues.

De acordo com denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Adalberto do Nascimento Rodrigues desviou a finalidade de um convênio firmado pela Prefeitura de Belágua com a Secretaria de Estado da Saúde (SES). Ele deixou, também, de prestar contas do referido convênio no prazo estabelecido.

Consta na denúncia formalizada pelo MPMA que o prefeito recebeu, por meio do convênio, o valor de R\$103.093,70, sendo R\$100 mil repassados diretamente pelo Estado, e o restante de responsabilidade da Prefeitura, para compra de uma ambulância.

Campanha arrecada donativos para moradores de Belágua

Na utilização dos recursos, o gestor municipal não obedeceu as cláusulas contratuais e alterou o objeto do convênio ao adquirir, indevidamente, equipamentos e materiais permanentes hospitalares, sob alegação de que o valor não seria suficiente para aquisição do veículo.

Audiência pública debate situação do município de Belágua (MA)

A denúncia do Ministério Público aponta, ainda, que o prefeito teria apresentado declaração falsa ao afirmar que a Secretaria de Estado da Saúde o autorizou a utilizar o recurso para outra finalidade.

Justiça do MA condena bancos por empréstimos fraudulentos

Os Banco Cruzeiro do Sul, Banco GE Capital e Banco Industrial do Brasil foram condenados pela Justiça a devolverem, em dobro, os valores descontados dos benefícios de aposentados do município de Loreto (MA), anulando todos os contratos de empréstimos irregulares firmados com as três instituições financeiras.

A decisão dos desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) fixa ainda, aos dois últimos bancos, multa de R\$ 5 mil por cada empréstimo.

As instituições financeiras recorreram na primeira instância do processo, pedindo a improcedência da ação e alegando a ilegitimidade do MP-MA para agir na matéria, afirmando ainda que os empréstimos foram “devidamente assinados sob concordância dos beneficiários e que a procedência da ação desaguaria em compactuar com a inadimplência”.

Para a Justiça, depoimentos demonstraram claramente a má-fé na conduta dos bancos.

MA Acontece: Desembargador é empossado no TJ

O Tribunal de Justiça do Estado realizou a solenidade de posse do desembargador Tyrone José Silva, na última quarta-feira (15). O magistrado foi eleito no dia 24 de junho e vai passar a ocupar a vaga que era preenchida pelo desembargador Benedito de Jesus Belo, que se aposentou.